



Estupro coletivo terá pena maior e importunação sexual será crime

Projeto altera o Código Penal para passar a considerar crime a vingança pornográfica e a divulgação de cenas de estupro. Texto segue agora para a sanção presidencial

O Senado aprovou ontem projeto que torna crime a importunação sexual. São atos que não chegam a ser classificados como estupro, mas que agora também serão considerados crime, como o caso do homem que ejaculou em mulheres dentro de ônibus em São Paulo. Pelo texto, a pena será de 1 a 5 anos de prisão. A proposta, que segue para sanção, também aumenta a pena para estupro coletivo e passa a considerar crime a divulgação não autorizada, por foto ou vídeo, de cenas de sexo ou nudez. A aprovação do texto marca os 12 anos da Lei Maria da Penha. **3**



Eunício (2º à esq.), ao lado de senadores e deputadas, preside sessão em que projeto foi aprovado: marco aos 12 anos da Lei Maria da Penha, comemorados ontem

Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto garante atendimento no SUS a sem-teto **3**

Agências podem ter de prestar contas ao Congresso **4**

Aprovada garantia de ensino a alunos em tratamento **3**

Subvenção ao óleo diesel pode ser prorrogada **5**

Avança programa que estimula uso de bicicletas **8**

Pedro Franco/Agência Senado



Ricardo Ferraço (2º à dir.) comanda debate na Comissão de Infraestrutura

Debate questiona contrapartida da Vale investida em Mato Grosso

Senadores e participantes de audiência na Comissão de Infraestrutura pediram transparência aos investimentos relacionados à renovação da concessão da Estrada de Ferro de Vitória a Minas e da Estrada de Ferro Carajás, tocados pela

Vale em concordância com o governo federal.

Foi questionado o fato de os recursos, apesar de relacionados a uma concessão ferroviária no Pará, estarem sendo direcionados a Mato Grosso. **8**

Cortes aumentam desigualdade, dizem debatedores

A austeridade fiscal adotada pelo governo prejudica o futuro das próximas gerações e promove a desigualdade social, disseram convidados de audiência na Comissão de Direitos Humanos. O debate avaliou os impactos setoriais dos cortes orçamentários. **5**



Regina (3ª à esq.) comanda audiência sobre impacto dos cortes orçamentários

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Senado terá calendário especial por dois meses

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem as datas de esforço concentrado até as eleições. Serão duas semanas em agosto e uma em setembro. Depois a Casa retoma a rotina. **3**

Plenário acata prorrogação de contratos de ministérios

O Senado aprovou ontem uma medida provisória que prorroga até setembro de 2019 contratos temporários de pessoal nos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia. **3**



Encarte sobre os 30 anos da Constituição destaca proteção ao meio ambiente

Encartado nesta edição, o boletim Monitor Fiscal

Planos poderão cobrir tratamento contra tabagismo **6**

Sugestão legislativa terá que passar por mediação **2**

Debate: Brasil concilia produção e preservação **7**

Regras para admissão de sugestão serão atualizadas

Parlamentares reclamaram que há sugestões legislativas apresentadas no Portal e-Cidadania que ferem pessoas com injúrias e difamações. Propostas que violem as regras não serão acolhidas

VETO A IDEIAS legislativas que sejam ilícitas, injuriosas ou difamatórias, maculem cláusulas pétreas ou que já tenham sido analisadas em sugestões anteriores. A decisão faz parte da atualização das regras para a admissão de sugestões legislativas pelo Portal e-Cidadania, aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A minuta de projeto de resolução do Senado ainda não recebeu numeração, mas foi relatada pela presidente da CDH, senadora Regina Sousa (PT-PI). Depois que a proposta for numerada, serão divulgadas as comissões por onde ela precisará passar.

O texto atualiza a Resolução 19/2015, que criou o e-Cidadania, e aprimora as regras para admissão de ideias legislativas. A Secretaria das Comissões seguirá essas normas para atuar no recebimento das ideias, frisou Regina. Temas contrários às regras não vão prosperar no Legislativo.

— O e-Cidadania cresceu muito nos últimos anos, e sentimos a necessidade, depu-



O e-Cidadania, criado em 2012, vai passar a vetar ideias inapropriadas

tados e senadores, de ter regras para que essas propostas sejam encaminhadas com mais segurança. Tem muita coisa boa, mas tem propostas que maltratam as pessoas, causam injúria — explicou a senadora.

Conteúdo

Pelo texto aprovado, as ideias só serão admitidas como sugestões legislativas se não contiverem conteúdos publicitários ou comerciais, proselitismo confessional ou religioso, apelo à violência ou ódio contra pessoa ou grupo por sua raça, cor, origem étnica,

convicção filosófica ou política, religião, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, violem privacidade e que não se refiram individualmente a deputados, senadores, grupos parlamentares ou partidos políticos.

Regina Sousa lembrou que as regras listadas no projeto de resolução já estão previstas nas normas de uso do e-Cidadania, mas incluí-las na Resolução 19/2015 vai salvaguardar o programa e a atuação da Coordenação do e-Cidadania de controvérsias que prejudiquem seu funcionamento.

Vetado retorno de microempresas ao Simples

O presidente da República, Michel Temer, vetou a íntegra do projeto que permitiria a readmissão em 1º de janeiro dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte excluídos do regime especial do Simples Nacional em razão de dívidas tributárias. O veto ao PLC 76/2018 — Complementar foi publicado no *Diário Oficial da União* de ontem.

Originária da Câmara, a proposta havia sido aprovada por unanimidade pelo Plenário do

Senado em 10 de julho.

Pelo texto do deputado Jorginho Mello (PR-SC), para retornarem ao Simples Nacional, os interessados deveriam aderir ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pert-SN) criado pela Lei Complementar 162, que autoriza o refinanciamento das dívidas fiscais (Refis) das empresas.

Após consulta aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e à Advocacia-Geral

da União, o presidente argumentou que o projeto ampliaria a renúncia de receita, em desacordo com as Leis de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000) e de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (Lei 13.473, de 2017) e com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Temer acrescentou que a criação de benefícios e incentivos pelo Pert-SN deveria submeter-se à aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Publicada lei que facilita crédito a produtor rural

Foi publicada ontem a lei que facilita a liberação de crédito para participantes de projetos públicos de irrigação. A Lei 13.702 acaba com a possibilidade de que lotes nessa situação sejam retomados pelo governo, o que dá mais segurança aos bancos para liberar o crédito tendo o lote como garantia. O texto deriva do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2018, decorrente da MP 824/2018, aprovado no Senado em julho.

A legislação que trata da Política Nacional de Irrigação estabelece obrigações para os

produtores que participam de projetos públicos de irrigação, como adotar práticas de conservação dos recursos ambientais e pagar tarifas pelos serviços de irrigação e as parcelas referentes à compra do terreno e à infraestrutura de uso comum. Se o produtor não cumprir as obrigações, o poder público poderá retomar o lote.

A nova lei proíbe essa retomada quando o lote estiver hipotecado junto a banco oficial em razão de financiamento para plantação irrigada. Com isso, será mais fácil obter crédito oferecendo seu lote

como garantia. A medida dá segurança jurídica aos bancos.

Foi vetada, no entanto, uma mudança introduzida pelo Congresso, que previa que toda obra de infraestrutura de irrigação — inclusive as que provocam alterações em cursos d'água ou retirada de vegetação em área de preservação permanente (APP) — fosse considerada como de utilidade pública para fins de licenciamento ambiental.

De acordo com justificativa para o veto, essa mudança poderia comprometer os recursos hídricos.

País precisa parar de tolerar violência contra a mulher, diz Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) fez um apelo ontem, em Plenário, para que a sociedade não tolere mais a violência contra as mulheres. A senadora também pediu o fim do hábito vigente no Brasil de não interferir em briga de marido e mulher. Ela lembrou que, nos 12 anos de vigência da Lei Maria da Penha, foram registradas 195 mil ações de proteção à vida da mulher.

Lídice lamentou a decisão de Marta Suplicy (MDB-SP) de não disputar cargo nas próximas eleições. Segundo ela, Marta se destacou na luta pelos direitos das minorias, em especial, o das mulheres.



Wellington Buzato/Agência Senado

Lei Maria da Penha encorajou mulheres a se expor, avalia Regina

Regina Sousa (PT-PI) lembrou os 12 anos da Lei Maria da Penha e disse que a impressão é de que a violência contra a mulher aumentou no país. A senadora afirmou que a lei encorajou as mulheres a se expor e fez aumentar o número de denúncias, e a imprensa mostra cada vez mais feminicídios. Porém, a subnotificação de crimes é preocupante, avaliou.

A senadora falou sobre os efeitos da reforma trabalhista, dizendo que 40% dos trabalhadores hoje são informais. Para ela, o Senado precisa aprovar o Estatuto do Trabalho.

Regina também anunciou que não concorrerá à reeleição ao Senado porque é candidata a vice na chapa de Wellington Dias ao governo do Piauí.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDR Importações do Paraguai

9h Entre 5 itens, o PLS 68/2016, que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.

CAS Primeiros socorros em escolas

9h Na pauta de 16 itens, o PLC 17/2018, que obriga a capacitação em primeiros socorros para professores e funcionários de escolas e creches.

CCT Carteira de identidade

9h O PLS 225/2015, que trata da utilização de meios eletrônicos para concentração de informações dos indivíduos na carteira de identidade, é um dos 26 itens.

CDH Atrofia muscular espinhal

9h30 Debate sobre acesso ao Spinraza, remédio para atrofia muscular espinhal.

CCJ Vistoria em parques infantis

10h Na pauta, o PLC 159/2015, que torna obrigatória vistoria anual em brinquedos de parquinhos infantis instalados em espaços públicos ou privados, e mais 26 itens.

CRE Vietnã e Panamá

10h Duas sabinas para embaixadas.

CTFC Vítimas de exploração sexual

11h Entre 5 itens, o PLS 374/2012, que destina recursos do Fundo Penitenciário para vítimas de exploração sexual e de tráfico de pessoas.

CSE Pedidos de audiências públicas

11h Três requerimentos para aprovação de audiências públicas estão na pauta.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta o PLC 23/2016, que considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral.

CDH Situação dos bancos públicos

14h30 Audiência para discutir privatização e desemprego com desmonte dos bancos públicos. Entre os convidados, representantes dos funcionários da Caixa Econômica Federal e do Banco do Nordeste.

CMCC COP-25 no Brasil

14h30 Audiência para discutir candidatura do Brasil para sediar a Conferência das Partes em 2019 (COP-25). Representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Itamaraty estão convidados.

MP 836/2018 Setor petroquímico

14h30 Análise do relatório.

MP 838/2018 Subsídio ao óleo diesel

14h30 Apresentação e votação do relatório.

MEDIDAS PROVISÓRIAS Comissões

14h30/15h20 Instalação e eleição de presidentes e vice das comissões mistas das Medidas Provisórias 842/2018, que revoga perdão de dívidas rurais; 843/2018, que cria nova política para o setor automotivo; 844/2018, que altera o marco legal do saneamento básico; 845/2018, que cria fundo de desenvolvimento ferroviário; 846/2018, que amplia recursos de loterias para cultura e esporte; e 847/2018, que mantém subsídio ao óleo diesel.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Estupro coletivo ganha pena maior e vingança pornográfica vira crime

Proposta também aumenta punição para importunação sexual e divulgação de cenas de estupro. Texto segue para sanção presidencial

FOI APROVADO ONTEM o aumento da pena para o estupro coletivo. O texto também torna crime a importunação sexual, a chamada vingança pornográfica e a divulgação de cenas de estupro. O projeto segue para sanção presidencial.

O PLS 618/2015, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), recebeu substitutivo na Câmara (SCD 2/2018), da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ), que incorporou trechos de projetos dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Marta Suplicy (MDB-SP).

Para o estupro coletivo, cometido por vários criminosos, o texto altera o aumento de pena previsto em lei, que atualmente é de um quarto, para até dois terços da pena. Igual aumento é estipulado para o “estupro corretivo”, caracterizado como tendo um intuito “punitivo”, feito para controlar o comportamento social ou sexual da vítima.

A pena será aumentada em um terço se o crime for cometido em local público, aberto ao público ou com grande aglomeração de pessoas ou em meio de transporte público,



Vanessa (D) e Marta são autoras de projetos que originaram texto aprovado

durante a noite em lugar ermo, com o emprego de arma ou por qualquer meio que dificulte a defesa da vítima.

— Esse é um projeto também de combate à violência que a mulher sofre — disse Vanessa ao lembrar os 12 anos da Lei Maria da Penha.

Todos os crimes contra a liberdade sexual e crimes sexuais contra vulneráveis terão a ação movida pelo Ministério Público mesmo quando for maior de 18 anos. Esse tipo de ação não depende do desejo da vítima de entrar com o processo contra o agressor.

Já para a importunação se-

xual, o substitutivo prevê um tipo penal de gravidade média, para os casos em que o agressor não comete tecnicamente um crime de estupro, mas não deve ser enquadrado em uma mera contravenção. Humberto Costa e Marta Suplicy, autores dos projetos com esse objetivo, citaram como exemplo os casos de assédio a mulheres no transporte coletivo.

O crime é caracterizado como a prática, na presença de alguém e sem sua anuência, de ato libidinoso para satisfazer lascívia própria ou de outro. A pena é de reclusão de 1 a 5 anos.

Ainda segundo o texto, poderá ser punido com reclusão de 1 a 5 anos quem oferecer, vender ou divulgar, por qualquer meio, fotografia ou vídeo que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável. Incorre no mesmo crime quem, sem consentimento, divulgar vídeo com cena de sexo, nudez ou pornografia ou ainda com apologia à prática de estupro.

Se o crime for praticado por alguém que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima, o aumento será de um terço a dois terços da pena. Não há crime se a divulgação é feita em publicação de natureza jornalística, científica, cultural ou acadêmica e sem a identificação da vítima.

No caso do estupro de vulnerável (menores de 14 anos ou pessoas sem discernimento por enfermidade ou deficiência mental), o projeto determina pena de reclusão de 8 a 15 anos mesmo que a vítima dê consentimento. É criado, ainda, o crime de induzir ou instigar alguém a praticar crime contra a dignidade sexual, com pena de detenção de 1 a 3 anos.

Com Agência Câmara

Eunício anuncia calendário especial de votações por dois meses

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, anunciou um calendário especial de votações para este mês e o próximo. Serão duas semanas em agosto e uma em setembro, para que o Congresso continue funcionando no período eleitoral.

— Vamos fazer esforços concentrados. Nesta semana estamos discutindo propostas. Haverá outro esforço em 28, 29 e 30 de agosto e mais um entre os dias 13 e 16 de setembro. Vou conversar com o Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, para que façamos uma integração de votações. Após as eleições de 7 de outubro, a rotina das duas Casas deve ser normalizada.

Eunício esclareceu que o PLC 78/2018, sobre a venda da cessão onerosa do pré-sal pela Petrobras, e o PLC 77/2018, que permite a privatização de distribuidoras da Eletrobras, passarão pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de irem a Plenário.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Projeto assegura atendimento no SUS para sem-teto

O Plenário aprovou ontem projeto de lei que assegura atendimento, no Sistema Único de Saúde (SUS), a pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social sem a necessidade de comprovação de residência.

O PLC 112/2014, que trata da identificação visual para o Sistema Único de Assistência Social (Suas), recebeu emenda de redação para facilitar o atendimento, pelo SUS, de moradores de rua, normalmente assistidos por instituições filantrópicas. O texto segue para a sanção presidencial.

O projeto determina a criação de uma identidade visual para o Suas que sirva para identificar todos os locais que prestam esse serviço à população. No entanto, o senador Eunício Oliveira (MDB-CE) apresentou no Plenário uma emenda que trata do atendimento no SUS.

Segundo o texto, os profissionais de saúde que trabalham no SUS não poderão negar medicamentos a pacientes incapazes de atestar, por documentação, que residem na região de atendimento. O objetivo é beneficiar cidadãos

em situação de rua ou que morem em locais improvisados e precários, onde não seja possível comprovar o endereço.

— O acesso ao SUS é universal e integral. As famílias e indivíduos em situação de risco social não podem ser impedidos por exigências burocráticas — disse Eunício.

Ele explicou que o projeto não precisará voltar para a Câmara dos Deputados porque a emenda não modifica o conteúdo do projeto. Segundo ele, o texto apenas explicita uma previsão que já existe na Constituição.

Plenário garante educação para alunos em tratamento médico

O Plenário aprovou ontem um projeto que assegura atendimento educacional aos alunos do ensino básico que estejam internados para tratamento médico. A proposta (PLC 24/2018) segue agora para sanção.

O texto inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dispositivo garantindo atendimento ao aluno que esteja em tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.

O texto é um substitutivo do

deputado Mandetta (DEM-MS) a projetos do deputado Roberto de Lucena (Pode-SP) e da ex-deputada Liliam Sá.

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), relator na Comissão de Educação (CE), a proposta traz um avanço indiscutível. O senador ressalta que o acesso à educação está previsto na Constituição e não é razoável negar esse direito a alunos submetidos a longos tratamentos. Ele acrescenta que a medida já consta de resolução do Conselho Nacional de Educação.

Segue para sanção Política Nacional de Incentivo ao Cacau

O Senado aprovou ontem o projeto que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

A intenção do PLC 7/2017 é aumentar a qualidade do cacau brasileiro por meio de estímulo à produção, industrialização e comercialização do produto em categoria superior, a partir de parâmetros a serem definidos pelo poder público. A proposta segue para a sanção.

Aprovada prorrogação de 187 contratos temporários de pessoal

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que prorroga 187 contratos por tempo determinado nos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e da Ciência e Tecnologia (MP 829/2018). De acordo com o texto, os servidores permanecerão até 15 de setembro de 2019.

No caso do Ministério da Cultura, a MP estende 108 contratos de servidores que analisam a prestação de contas de 28 mil ações do Programa

Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) desde 2013.

Os 55 funcionários admitidos para liquidar o estoque de prestações de contas no Ministério do Desenvolvimento Social também tiveram seus contratos prorrogados.

No Ministério da Ciência e Tecnologia, foram 24 contratos prorrogados. Esses servidores estão lotados na Secretaria de Radiodifusão e atuam na fiscalização de 8.457 emissoras de rádio e TV licenciadas.

Áustria e Mali terão novos embaixadores brasileiros

As embaixadas brasileiras na Áustria e no Mali terão novos titulares.

A indicação de José Antônio Marcondes de Carvalho para o cargo de embaixador em Viena teve 43 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções.

A embaixada no país africano terá Rafael de Mello Vidal no comando. A indicação contou com 47 votos favoráveis, 3 contrários e 2 abstenções.

Ao ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores

(CRE), o diplomata informou que a Embraer vendeu quatro aviões Super Tucano às Forças Armadas do Mali no valor de US\$ 60 milhões.

Aneel

Os senadores também aprovaram André Pepitone da Nóbrega para diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para a vaga de Pepitone, que já integrava a diretoria, foi aprovado o nome de Efrain Pereira da Cruz.

Avança prestação de contas de agência reguladora

Órgãos como Anatel e ANS poderão ter de enviar anualmente ao Congresso um relatório de atividades, determina projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos

AS AGÊNCIAS REGULADORAS deverão enviar anualmente relatório detalhado de atividades ao Congresso, prevê projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 13/2013 já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta é um substitutivo do relator, Omar Aziz (PSD-AM), reunindo oito projetos de lei de Waldemir Moka (PMDB-MS) de conteúdo semelhante. O relator recomendou a tramitação do PLS 13/2013, que tratava originalmente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Moka argumenta que o relatório apresentado hoje pela Anatel é apenas um somatório dos relatórios parciais produzidos em cada superintendência. Segundo ele, faltam explicações detalhadas para a atuação da autarquia.

Com o substitutivo, serão



O presidente da CAE, Tasso Jereissati (C), conduz reunião com os senadores Otto Alencar e Garibaldi Alves Filho

nove as autarquias especiais que deverão prestar contas anualmente: Anatel, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Cinema (Ancine), Agência Nacional de Águas

(ANA), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que atualmente é a Agência Nacional de Mineração (ANM).

A proposta determina o

envio simultâneo do relatório para o Poder Executivo, para a Câmara dos Deputados e para o Senado.

Para o relator, o documento tem de ser claro e objetivo. E deve destacar o cumprimento da política definida para o setor. “É imprescindível que o Senado receba esse relató-

rio tempestivamente para o exercício de sua competência fiscalizadora, garantida pela Constituição”, diz.

O diagnóstico a ser submetido aos parlamentares deve se basear em indicadores de qualidade, acesso, uso e preços dos serviços prestados e em investimentos e rentabilidade, trazendo ainda um sumário das ações concluídas ou em execução.

Simone Tebet (MDB-MS) elogiou a iniciativa e lembrou que as agências reguladoras foram criadas para trazer equilíbrio nas relações entre consumidores e empresas. Todavia, isso não vem acontecendo, observou.

— Infelizmente vemos cada vez mais as agências ouvindo e atendendo muito mais quem explora a atividade econômica em detrimento dos cidadãos — lamentou.

Para ela, a exigência do relatório anual poderá contribuir para a melhoria dessa relação.

Simplificação de recuperação judicial tem avanço

Empresas em dificuldades financeiras podem ser dispensadas da prova de quitação de tributos para obter recuperação judicial. A medida é prevista em projeto (PLS 396/2009 — Complementar) aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Autor do texto, Valdir Raupp (MDB-RO) argumenta que a exigência do Código Tributário Nacional acaba com as chances de reabilitação das empresas em fase pré-falimentar, que dificilmente estarão em dia com suas obrigações fiscais.

O relator na CAE, Wellington Fagundes (PR-MT), citou jurisprudência afastando a exigência de certidão negativa de débitos tributários e destacou que a Lei 11.598, de 2007, já dispensa a baixa de registro da empresa. Wellington propôs emenda para revogar essa exigência na Lei de Recuperação Judicial.

Colegiado aprova criação de Frente Parlamentar de Apoio às Startups

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto de resolução do Senado que cria a Frente Parlamentar de Apoio às Startups (PRS 8/2018). Startups são empreendimentos baseados em tecnologia, desenvolvidos a partir de projetos inovadores, com potencial de crescimento rápido no curto prazo.

Segundo a proposta de José Agripino (DEM-RN), a frente poderá monitorar as proposições relativas ao assunto, promover debates, incentivar o aumento dos investimentos em políticas públicas os setores científico e tecnológico e estimular a ampliação da base

tecnológica e a inovação.

O poder público já avançou na questão, com a aprovação da Lei Complementar 155, de 2016, que regulou as atividades do “investidor-anjo”, o financiador das iniciativas. O governo federal também criou o Programa Nacional de Aceleração de Startups (Start-Up Brasil), para incentivar a criação desses empreendimentos.

No entanto, destacou Agripino, as startups continuam a enfrentar grandes dificuldades como o excesso de burocracia, elevados custos tributários e gargalos na infraestrutura.

Relator na CAE, Ronaldo Caiado (DEM-GO), destacou

que os setores de ciência, tecnologia e inovação estão entre os que mais sofreram corte de recursos por causa da crise orçamentária atual e, parado-

xalmente, são áreas que mais podem gerar riquezas ao país.

O texto agora segue para análise da Mesa, para a redação final.



Startups ainda enfrentam dificuldades como a burocracia, diz Agripino

MP que acaba com Fundo Soberano é aprovada em comissão mista

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que extinguiu o Fundo Soberano do Brasil aprovou ontem o relatório do deputado Mendonça Filho (DEM-PE) com voto favorável ao texto. Com a MP 830/2018, o governo espera destinar os recursos do fundo ao pagamento da dívida pública.

Criado em 2008 como uma reserva financeira para o país enfrentar crises econômicas, o Fundo Soberano tinha, até o fim de 2017, um patrimônio de R\$ 26 bilhões. O fundo também tem por finalidade promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior e formar poupança pública. Mas o governo alega que a situação

fiscal do país mudou.

Lido na comissão pelo relator substituto, deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), o relatório da MP considera o fundo “um caso claro de uma excelente ideia implementada no momento errado”.

O texto aponta que, em 2010, por exemplo, o fundo comprou ações da Petrobras apenas

para vendê-las no ano seguinte e teve um prejuízo acima de R\$ 2 bilhões. Na avaliação do relator, se o Brasil tivesse aplicado os recursos em títulos da dívida pública, estaria hoje com um patrimônio R\$ 10 bilhões maior.

A MP segue agora para análise dos Plenários da Câmara e do Senado.

Comissão de Direitos Humanos debate hoje “desmonte” dos bancos públicos

“O desmonte dos bancos públicos: privatização e desemprego” é o tema de debate marcado para hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De acordo com a presidente da comissão e autora do pedido de audiência, senadora Regina Sousa (PT-PI),

“o atual governo, pagando a conta com o mercado financeiro, promove o desmonte dos bancos públicos com a venda fatiada de ativos da Caixa Econômica Federal e fecha agências da CEF e do Banco do Brasil, além de promover a descapitalização do BNDES”.

Na justificativa do debate, Regina

afirma ainda que, como consequência, faltam recursos para financiar o setor produtivo e políticas públicas são desativadas.

Foram convidados para a audiência o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Jair Pedro

Ferreira, a diretora-presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (AFBNB), Rita Josina Feitosa da Silva, o representante do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, Kleyton Guimarães Moraes, e um representante da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES).

Cortes prejudicam futuro do país, aponta debate

Para especialistas, a austeridade fiscal adotada pelo governo representa um retrocesso e promove a desigualdade social, com mais prejuízos para pobres, negros e mulheres

A AUSTERIDADE FISCAL adotada pelo governo representa um retrocesso, prejudica o futuro das próximas gerações e promove a desigualdade social, avaliaram ontem os convidados de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre os impactos setoriais dos cortes orçamentários. O pedido do debate foi feito por Lindbergh Farias (PT-RJ) e Paulo Paim (PT-RS).

Para o representante da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, Thomas Manz, os cortes baseiam-se em diagnósticos incompletos e parciais, que não levam em conta as causas reais dos desequilíbrios, como a evasão fiscal promovida pelas grandes corporações.

O representante do Projeto Brasil Popular, José Antônio Moroni, considerou que, “enquanto continuar discutindo políticas públicas de maneira isolada e fragmentada”, a sociedade não conseguirá construir um projeto de nação com força

política suficiente para ser implementado.

Professor da Unicamp e coordenador do Brasil Debate, Pedro Rossi disse que a desigualdade social e a garantia dos direitos humanos estão intrinsecamente ligadas às finanças públicas.

A professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Esther Dweck salientou que a volta do crescimento da mortalidade infantil representa uma síntese dos problemas resultantes dos cortes, que incluem ainda o aumento da pobreza extrema e do desemprego, os prejuízos à saúde e à educação, a redução de empregos formais e o aumento de moradores de rua e de pessoas amontoadas em habitações coletivas.

Professora visitante da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), Ana Luíza de Oliveira ressaltou que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, mas isso não é lembrado quando se fala



Regina Sousa (C) comanda audiência com Esther Dweck, Pedro Rossi, Thomas Manz e Ana Luíza de Oliveira

em austeridade fiscal.

O representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Francisco Dal Chiavon, acusou o governo de promover o aumento da saúde dos ricos à custa dos pobres. Ele defendeu a criação de um fundo de amparo ao desempregado e a democratização da mídia e do Poder Judiciário, e criticou os cortes nos programas de distribuição de alimentos, de acesso à água, de inclusão de mulheres e de assistência

técnica à agricultura familiar. O vice-presidente do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Heleno Corrêa Filho, destacou o momento eleitoral, em que “políticos de várias tendências passam por cima de propostas de saúde como se fosse um consenso”.

A representante da Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil de Direitos Humanos, Denise Carreira, defendeu a realização de campanha pela revogação da Emenda

Constitucional 95/2016, que congela os gastos públicos até 2036.

A coordenadora de Políticas Educacionais da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Andressa Pellanda, destacou que, em razão dos cortes, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) não serão atingidas até 2024.

Antes da audiência, Hélio José (Pros-DF) leu o relatório sobre o Estatuto do Cigano (PLS 248/2015).

Redução do preço do diesel deve ser prorrogada

O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) deve ampliar, no seu relatório, o prazo final do subsídio que reduziu o preço do óleo diesel. O texto sobre a MP 838/2018 será apresentado hoje. O prazo final do subsídio previsto na MP é 31 de dezembro. A medida foi uma das respostas do governo à greve dos caminhoneiros.

— Do jeito que está o corte, previsto para o dia 31, poderá colocar o próximo governo em uma saia justa muito acentuada. O novo governo, quem quer que seja, pode desejar repensar esse assunto — disse.

A prorrogação deve ser de

dois meses. O assunto, porém, ainda está em negociação com os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

A MP 838 determinou subvenção de R\$ 0,07 por litro de diesel até 7 de junho e de R\$ 0,30 por litro entre 8 de junho e 31 de dezembro. A medida provisória já recebeu 36 emendas de senadores e deputados.

Ontem a comissão fez a última audiência sobre o tema.

O assessor jurídico da União Nacional dos Caminhoneiros, Gilberto Freire, defendeu que a continuidade da subvenção seja restrita a caminhoneiros autônomos e equiparados,

como pequenas empresas.

O vice-diretor de Comunicação da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Fernando Siqueira, sugeriu que a estatal banque um congelamento do preço do diesel com redução do lucro, para não ter o subsídio. Para o presidente das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência, Leonardo Gaddotti, foi um erro o subsídio e o governo não deveria interferir no preço na bomba.

Na semana passada, o governo editou uma nova MP sobre o mesmo tema. A MP 847/2018 restringe o subsídio ao diesel rodoviário, que é usado por caminhões, ônibus, caminhonetes e máquinas agrícolas.

A primeira MP não fez distinção e a subvenção, então, acabou valendo também para outras modalidades, como o diesel marítimo e o usado na geração de energia elétrica.

Da Agência Câmara

Congresso instala seis comissões para analisar medidas provisórias

Seis comissões mistas criadas para analisar as medidas provisórias 842 a 847 de 2018 devem ser instaladas hoje, a partir das 14h30.

Na mesma reunião, devem ser definidos os presidentes, os vice-presidentes e os relatores de cada uma das medidas provisórias.

Entenda as MPs

- **MP 842/2018:** anula a renegociação de dívidas rurais oriundas de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera).
- **MP 843/2018:** institui uma nova política industrial para o setor automotivo. Chamado de Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística, o regime automotivo vai substituir o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. O Rota 2030 baseia-se em incentivos fiscais, que somam R\$ 1,5 bilhão ao ano, durante 5 anos, segundo o governo. Como contrapartida, as empresas que aderirem ao programa terão que cumprir requisitos, principalmente com investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- **MP 844/2018:** reformula o marco legal do setor de saneamento básico. A principal mudança na legislação é a previsão de que a Agência Nacional de Águas (ANA) atuará como reguladora dos serviços públicos de saneamento básico, que abrange as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. Até a edição da MP, as diretrizes nacionais do saneamento básico estavam a cargo do Ministério das Cidades.
- **MP 845/2018:** cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF). O fundo funcionará por cinco anos, contados a partir de 20 de julho deste ano — data de publicação da MP — e terá como objetivo ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional. O FNDF será composto por recursos do Orçamento da União, por doações e por outras fontes, tais como o montante arrecadado com a outorga da subconcessão da Ferrovia Norte-Sul no trecho entre Porto Nacional, no Tocantins, e Estrela D'Oeste, em São Paulo, além do respectivo ágio.
- **MP 846/2018:** modifica a divisão dos recursos arrecadados com as loterias federais determinada pela MP 841/2018, ainda em discussão no Congresso Nacional. A nova MP amplia de 2,87% para 2,92%, em 2018, e de 0,5% para 2,91%, a partir de 2019, o percentual da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos, como MegaSena e Quina, destinado ao Fundo Nacional de Cultura (FNC). Também destina ao fundo 0,4% da arrecadação com Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex). Segundo o Ministério da Cultura, o FNC receberá em 2019 cerca de R\$ 443,2 milhões.
- **MP 847/2018:** mantém até o final do ano o subsídio ao óleo diesel negociado pelo governo com os caminhoneiros autônomos em maio. A MP, no entanto, restringe o subsídio ao diesel rodoviário. O subsídio foi instituído pela MP 838/2018 como parte do acordo para encerrar a paralisação dos caminhoneiros.



Comissão mista debate MP que concedeu subvenção ao óleo diesel

Comissão vota fim da desoneração para petroquímicas

Foi adiada para hoje a apresentação do relatório do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP) sobre a medida provisória que revoga, a partir de 1º de setembro, o Regime Especial da Indústria Química (Reiq), responsável por desonerar a tributação do setor petroquímico. A nova reunião da comissão mista que analisa a MP foi marcada para as 14h30. A MP 836/2018 acaba com a

autorização para o Executivo conceder o chamado “crédito presumido” de contribuição para o PIS/Pasep e Cofins sobre a aquisição de etanol por centrais petroquímicas para a produção de polietileno. Revoga também o regime especial para importação de nafta e outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

A MP é uma das três medidas editadas pelo governo no

fim de maio com objetivo de compensar o subsídio ao óleo diesel, que garantiu o acordo firmado com os caminhoneiros para dar fim à greve.

O Reiq favorece empresas petroquímicas na compra no mercado interno ou na importação de produtos. Com o fim desse benefício, será gerada, segundo cálculos do Planalto, uma economia de R\$ 172 milhões somente este ano.

Planos de saúde podem ter de cobrir tratamento para parar de fumar

Sugestão legislativa apresentada pelo Instituto Oncoguia foi acatada por comissão e começa a tramitar no Senado como projeto de lei

OS PLANOS DE saúde podem ser obrigados a incluir o tratamento do tabagismo, a dependência de nicotina, no rol de coberturas obrigatórias. É o que prevê a Sugestão Legislativa 11/2018, aprovada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Agora a proposta passa a tramitar como projeto de lei nas comissões permanentes do Senado, mas ainda sem numeração.

Apresentada pela ONG Instituto Oncoguia, a sugestão prevê a inclusão do tratamento para os fumantes com atendimento ambulatorial mediante



Paulo Paim considera que a sugestão popular deve virar projeto de lei

avaliação clínica, abordagem mínima ou intensiva, individual ou em grupo e, se neces-

sário, terapia medicamentosa, observadas as diretrizes clínicas disponibilizadas pelo

Ministério da Saúde.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), concordou com os argumentos do Instituto Oncoguia para justificar a proposição, como o fato de que 80% dos fumantes desejam parar de fumar, mas apenas 3% conseguem fazer isso sozinhos, o que demanda tratamento específico.

A boa relação custo-efetividade do tratamento, pois o controle do tabagismo diminuiria os custos com outros atendimentos arcados pelos planos de saúde, por consequência do vício, também é um ponto favorável à cobertura pelos planos de saúde.

Comissão aprova mudanças no funcionamento de agência da ONU

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem mudanças na Constituição da União Internacional de Telecomunicações (UIT), a principal agência das Nações Unidas (ONU) na definição de políticas regulatórias relacionadas às radiocomunicações, telecomunicações e tecnologias da informação (TICs).

As modificações estão relacionadas à vida político-administrativa e à governança da instituição.

Como explicou o senador Airtton Sandoval (MDB-SP), que leu o relatório pela aprovação do projeto (PDS 63/2018) feito por Jorge Viana (PT-AC), o Ministério das Comunicações, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Itamaraty participaram ativamente das discussões e do processo de alterações na Constituição da UIT.

A UIT tem como principal missão a padronização e a regulamentação das ondas

de rádio e telecomunicações internacionais, a promoção da cooperação e o emprego racional de todas as categorias de telecomunicações, o estímulo ao desenvolvimento e a disseminação de técnicas e padrões regulatórios, incluindo a cooperação na atribuição de órbitas de satélites e o incremento da infraestrutura das telecomunicações das nações em desenvolvimento.

O relatório aprovado acrescenta ainda que a UIT acom-

panha outras áreas, como a comunicação por satélites, as redes de dados de última geração, a convergência no setor de telefonia, a navegação aeronáutica e marítima e a radioastronomia.

Fazem parte da UIT 193 países e cerca de 700 companhias públicas e privadas do setor de telecomunicações, assim como entidades setoriais de alcance internacional e regional.

A análise do projeto segue agora ao Plenário do Senado.

No aniversário de lei, mulheres apontam violência de gênero na política

A falta de espaço para a representação feminina configura uma situação de violência contra a mulher, disseram as participantes de debate que comemorou ontem os 12 anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006).

A audiência foi promovida pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara. O encontro foi mediado pela ex-senadora Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, e pela deputada Erika Kokay (PT-DF) e contou

com ativistas de entidades femininas e líderes políticas. A procuradoria e o Instituto Brasileiro de Políticas Públicas (Ibrapp) lançaram o folheto "Fundo partidário e eleitoral para as mulheres, sim!".

A professora Flávia Biroli, da Universidade de Brasília (UnB), disse que "a violência política é a que se volta contra as mulheres quando elas se colocam como sujeitas políticas na cena pública e se fazem presentes em espaços institucionais antes ocupados exclusivamente por homens". Segundo ela, o Brasil está na

terceira pior posição entre os países do continente.

A pesquisadora assistente do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) Noëlle Silva disse que a "a violência política contra as mulheres está naturalizada e por isso não é percebida e discutida".

A vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-DF, Cristiane Britto, defendeu a criação de leis mais graves para que as mulheres se defendam de notas difamatórias ou caluniosas. Segundo ela, "os dados mostram que o número de mulheres que ten-

tam a reeleição é bem menor que o dos homens".

A presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM), Vanja Andréa Santos, destacou a necessidade de as mulheres se organizarem contra os retrocessos em relação a direitos, avanços e conquistas que já tiveram.

Para Erika Kokay, é preciso que a mulher saiba lidar com as "ditaduras da perfeição" que geram uma culpa "porque elas não podem errar quando ocupam uma posição de chefia ou tradicionalmente masculina".

Ângela Portela cobra ajuda federal para imigrantes em Roraima

A senadora Ângela Portela (PDT-RO) acusou o governo federal de não ajudar na crise provocada pela entrada de imigrantes venezuelanos em Roraima.

Ela destacou que a governadora Suely Campos vem cobrando medidas há mais de um ano, mas muito pouco foi feito pela administração do presidente Michel Temer.

— O governo federal tem sido omissivo, não tem feito a sua parte, lamentavelmente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valadares reclama de corte de verbas para construção de canal

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) chamou a atenção para a situação de emergência provocada pela seca em municípios do estado. Ele denunciou o corte pelo governo federal dos últimos recursos destinados à construção do Canal de Xingó,

que poderia não apenas aliviar a situação, mas promover a agricultura irrigada e a pecuária leiteira tanto em Sergipe quanto na Bahia. Valadares considerou a retirada dessas verbas um "verdadeiro crime".



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp condena queima de máquinas e veículos apreendidos pelo Ibama

Valdir Raupp (MDB-RO) criticou decreto do Ibama que prevê a incineração de equipamentos apreendidos em operações contra a exploração ilegal de madeira. Ele sugeriu que máquinas e caminhões sejam aproveitados por órgãos de segurança pública ou prefeituras.

— Se fosse apreendido e levado à Polícia Federal ou qualquer outra instituição, tudo bem, mas o que não concordamos é incendiar esses veículos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Meio ambiente não é rival da produção, aponta debate

Para secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Thiago Mendes, experiência brasileira de desenvolvimento sustentável deve ser levada à conferência da ONU

O BRASIL LEVARÁ à COP-24 a mensagem de que o meio ambiente e o desenvolvimento não são rivais, disseram ontem participantes da audiência pública promovida pela Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC). O debate tratou da participação do Brasil na próxima Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a COP-24, que acontece em dezembro, na Polônia.

O secretário de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Thiago Mendes, informou que, ao mesmo tempo em que o ritmo de desmatamento na Amazônia está 75% menor desde 2004, o Brasil assiste a

um crescimento da produção agrícola e a um processo de inclusão social. Segundo o secretário, esses dados mostram o sucesso do modelo de desenvolvimento sustentável.

Com esses resultados, avaliou Mendes, o Brasil poderá levar à próxima conferência da ONU a mensagem de ser possível conciliar o crescimento da economia com a proteção à natureza.

Cadastro

O secretário do Ministério do Meio Ambiente acrescentou que mais de 500 milhões de hectares estão registrados no Cadastro Ambiental Rural.

— Isso significa 5,2 milhões

de propriedades rurais georeferenciadas, o que dá uma área maior do que o território dos 28 países da União Europeia. É a maior base de dados de proteção ambiental rural de que se tem notícia.

O Cadastro Ambiental Rural é um registro obrigatório de imóveis rurais que forma uma base de dados para controle, monitoramento e combate ao desmatamento de florestas.

O evento mundial reúne vários países para discutir a implementação do Acordo do Clima, firmado entre mais de 190 países que se comprometeram a cumprir metas de redução de emissões de carbono.



Marcos Brandão/Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, se reuniu ontem com representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Ceará para falar sobre a MP 842/2018, que anula a renegociação de dívidas de financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros programas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidente da comissão, deputado Sergio Souza (C) comanda debate sobre a participação do Brasil na COP 24

HÁ 30 ANOS

Carta assegura fim da censura, da tortura e da perseguição política



Jornal da Constituinte de 8 de agosto destacou algumas medidas incorporadas definitivamente à nova Carta, como a extinção da censura. O texto aprovado garantia que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Também assegurou que que ninguém seria submetido a tortura ou perseguido em função de convicção filosófica ou política.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte57>

Humberto elogia escolha de Lula como candidato

Humberto Costa (PT-PE) elogiou o “acordo político de alto nível” que manteve Lula como candidato a presidente pelo PT e escolheu Fernando Haddad como vice. Para o senador, impedir o ex-presidente de disputar a eleição consiste num risco para a democracia.

— Se estivermos em uma democracia, ele terá garantido o direito de ser candidato e aí, nas urnas, seus adversários poderão concorrer licitamente com ele para que, por meio do voto, fale a vontade soberana da nação — declarou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier diz que não faltam provas em condenação

Lasier Martins (PSD-RS) criticou os apoiadores de Lula, que, segundo ele, iludem o eleitorado quando repetem a “cantilena” de que ele teria sido condenado sem provas. Para ele, foi fundamentada a decisão judicial que condenou Lula à prisão no caso do triplex do Guarujá. Não há, disse, base no discurso de perseguição por parte do Judiciário.

— Há uma fartura de provas, há fundamentos suficientes. Lula teve a retribuição dos favores que prestou a grandes empreiteiras.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gleisi: Lula vai revogar reforma trabalhista

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a escolha de Lula como o candidato do PT à presidência da República é a oportunidade de votar na pessoa responsável pelas conquistas dos últimos anos.

Se for eleito, disse, Lula proporá o fim da emenda constitucional que limitou os gastos públicos e da reforma trabalhista.

— Há quanto tempo nós não víamos filas quilométricas, procurando emprego? Hoje, as pessoas trabalham em empregos precários e ganham menos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia anuncia candidatura como vice

Ana Amélia (PP-RS) anunciou sua decisão de candidatar-se a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin em lugar de concorrer à reeleição. Ela disse que o resultado eleitoral dessa decisão é incerto, mas que tomou sua decisão para defender a Justiça e recuperar a esperança no Brasil.

— Tive a coragem de abrir mão de um mandato praticamente certo para um resultado incerto na política, mas penso nos compromissos de levar o Brasil a se reencontrar, a se pacificar.



Moreira Mariz/Agência Senado

Vanessa elogia aliança entre PCdoB e PT

Vanessa Grazziotin (PC do B-AM) disse que a militância de seu partido está orgulhosa de compor a chapa encabeçada por Lula nas eleições. Segundo ela, Manuela D’Ávila abriu mão de candidatura própria e comporá a chapa na condição de vice-presidente de Lula. Lembrou também que, além do PCdoB e do PT, a coligação terá apoio do Pros e do PCO.

— O convite de Lula evidencia o reconhecimento da dimensão que adquiriu a campanha de Manuela d’Ávila. Sua voz corajosa e ativa na defesa da unidade das forças progressistas conquistou apoios.

Reguffe defende PEC de candidatura sem filiação

Reguffe (sem partido-DF) defendeu a possibilidade de candidatura sem a obrigatoriedade de filiação a um partido político. O senador disse que apresentou proposta nesse sentido (PEC 6/2015) pouco depois de tomar posse, em 2015, e ressaltou que, para ele, o voto de um parlamentar não tem que ser uma questão de negociação, mas sim uma questão de convicção.

— Ele [o parlamentar] tem que pensar se aquela proposta é boa ou ruim para a população.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington destaca apoio a sua candidatura

Wellington Fagundes (PR-MT) destacou o amplo apoio obtido por sua candidatura ao governo de Mato Grosso. Ele disse representar uma coligação de dez partidos e ter uma mulher como candidata a vice-governadora, Sirlei Theis (PV).

O senador ressaltou a importância de promover desenvolvimento sustentável e políticas voltadas aos desfavorecidos.

— Tenho certeza de que, pela experiência na Câmara e no Senado, haverá de fazer um bom governo, principalmente um governo da justiça social.



Moreira Mariz/Agência Senado

Fátima Bezerra confirma campanha ao governo

Fátima Bezerra (PT-RN) comunicou que é candidata ao governo do estado. A senadora informou que o PT concorrerá coligado com o PCdoB e o PHS, o que ela chamou de uma aliança “coerente e programática”. Fátima disse que, se eleita, buscará saídas para a crise fiscal e a retomada de investimentos em infraestrutura.

— Investir na educação tem que ser prioridade, ao lado da segurança pública e da saúde. Vamos focar na universalização e na ampliação do atendimento escolar, na valorização dos profissionais de educação, na promoção da gestão democrática, na qualidade do ensino.

Audiência questiona investimentos da Vale

Debatedores e senadores pediram transparência no cálculo e na destinação dos recursos para renovação da concessão da Ferrovia Vitória-Minas e da Estrada de Ferro Carajás

É PRECISO DAR transparência aos investimentos relacionados à renovação da concessão da Estrada de Ferro de Vitória a Minas e da Estrada de Ferro Carajás, tocados pela Vale em concordância com o governo federal, pediram os debatedores em audiência pública da Comissão de Infraestrutura (CI). O cálculo e a destinação dos recursos foram temas do debate, realizado ontem por requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA),

O senador questionou o fato de os recursos, apesar de relacionados a uma concessão ferroviária no Pará, estarem sendo direcionados a Mato Grosso. A intenção, disse Flexa, é que os recursos gerados com a renovação sejam aplicados no Pará e viabilizem projetos de integração no estado.

O tema motivou a Presidência da República a Medida Provisória 845/2018 para criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário.

Na opinião do governador do Pará, Simão Jatene, a renovação de outorgas deveria sempre partir de uma avaliação do passado, com reflexões sobre os benefícios, o cumprimento das metas e o sentido da manutenção da concessão. Isso, segundo ele, não aconteceu no caso da ferrovia de Carajás, por se tratar de uma antecipação da



Comissão debate investimentos da Vale em Mato Grosso, em contrapartida por concessões de ferrovias no Pará

renovação, cujos interesses sociais seriam duvidosos.

De acordo com o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, Adnan Demachki, o preço da renovação da outorga de Carajás deve girar em torno de R\$ 7 bilhões a R\$ 12 bilhões. Embora a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) tenha declarado que o processo é sigiloso, Demachki exigiu a divulgação dos números públicos, dos critérios, cálculos e razões para os dados negativos, segundo os quais a Vale não teria recursos para investir no estado.

— Caso seja comprovada a falta dos recursos, o governo deverá arcar com os custos da

concessão — disse.

Segundo Demachki, para a construção da Ferrovia Norte-Sul, foram investidos R\$ 15 bilhões em três estados, enquanto o Pará nada recebeu. Além disso, o estado estaria sendo prejudicado pelo Sistema Tributário Nacional quanto à produção de energia. Apesar de ter duas das cinco maiores hidrelétricas do mundo, Tucuruí e Belo Monte, Demachki observou que quem tributa são os demais estados, no momento do consumo.

— A geração de energia não gera ICMS e, com isso, deixamos de arrecadar R\$ 48 bilhões de 1997 para cá. E o pior de tudo: nós temos cidades ainda com grupo gerador abastecido

a diesel, porque a Aneel ainda não disponibilizou energia.

Transparência

O ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira, disse que os recursos da pasta se voltam a ações prioritárias, como manutenção da malha viária e obras com alto grau de execução e intervenções imediatas na infraestrutura. Ele disse que toda concessão e renovação é precedida de audiência pública. Segundo o ministro, os estudos não foram disponibilizados porque ainda não foram finalizados.

— Após o recebimento de todas as contribuições de todos os setores envolvidos, o

governo envia o material para o Tribunal de Contas da União.

O secretário de Coordenação de Projetos da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Tarcísio Gomes de Freitas, defendeu soluções como o “investimento cruzado”, em que os recursos estão sendo aplicados em outras obras de infraestrutura, no caso, em Mato Grosso.

Para ele, se todos os estados afetados pelas ferrovias brigarem pelos recursos, haverá pulverização desses valores e nenhum deles receberá verbas significativas. Ele citou os exemplos da própria Estrada de Ferro Carajás, que adentra 500 quilômetros do Maranhão e 300 quilômetros no Pará, e da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que tem 195 quilômetros no Espírito Santo e 710 quilômetros em Minas Gerais.

— A gente precisa fazer aquilo que faz mais sentido do ponto de vista nacional.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) criticou a ausência de representante da Vale na audiência. Segundo o senador, a companhia se esconde para evitar questionamentos.

— A Vale, com postura covarde e omissa, se coloca de costas para o Senado. Precisamos levantar a nossa voz para que exemplos como esses não sejam multiplicados e reproduzidos.

Comissão aprova Programa Bicicleta Brasil

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o projeto que cria o Programa Bicicleta Brasil (PBB), de incentivo ao uso da bicicleta para melhoria das condições de mobilidade urbana. O relatório de Rodrigues Palma (PR-MT) foi favorável.

Já aprovado na Câmara, o PLC 83/2017 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PBB visa promover a integração das bicicletas ao sistema de transporte público coletivo, apoiar estados e municípios na instalação de bicicletários públicos e na construção de ciclovias e ciclofaixas e promover campanhas de divulgação dos benefícios do uso desse meio de transporte.

De acordo com o projeto, o PBB

vai integrar a Política Nacional da Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012), será financiado por 15% do total arrecadado com multas de trânsito e coordenado pelo Ministério das Cidades. As ações poderão ser financiadas também com recursos da Cide-Combustíveis, por meio de alteração na lei que fixa os critérios desse tributo (Lei 10.636, de 2002) e no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 1997).

“A arrecadação com multas de trânsito é da ordem de R\$ 9 bilhões anuais, o que significaria que, aprovada fração de 15% para a infraestrutura cicloviária, investiríamos nesse segmento da mobilidade urbana mais de R\$ 1 bilhão anuais”, afirma o relator.

Título de Patrono da Tecnologia vai a Plenário

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto que outorga o título de Patrono da Tecnologia da Informação da Aeronáutica ao major-brigadeiro engenheiro Tércio Pacitti. O texto (PLC 66/2018) segue para votação no Plenário.

Devido à colaboração na área da computação, o engenheiro dá nome ao Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atuou como professor. Pacitti morreu em 2014, aos 85 anos.

O projeto, de autoria da Presidência da República, considera que o major-brigadeiro foi responsável pela concepção e pela implementa-

ção da tecnologia da informação no Comando da Aeronáutica e no país.

O relator da proposta, senador Pedro Chaves (PRB-MS), é favorável: “Não há dúvida de que foi grande a relevância de Tércio Pacitti como pioneiro da informática no país, tanto no que se refere a seu estudo e a concepções teóricas quanto na criação de cursos e instituições, juntamente com a aplicação da respectiva tecnologia, especialmente no âmbito da Aeronáutica”.

Na reunião, foi aprovada ainda audiência pública para ouvir organizações da sociedade civil sobre a proposta de instituição, por lei, do Dia Nacional de Conscientização das Doenças Dermatológicas Hereditárias, as genodermatoses. A data será definida.

Marta anuncia desfiliação do MDB e decisão de não buscar reeleição

Marta Suplicy (SP) anunciou em discurso sua desfiliação do MDB e sua decisão de não concorrer à reeleição. Ela cobrou a realização de reforma política e a restauração da conexão entre a sociedade civil e seus representantes eleitos. Também lamentou

que o sistema político de coalizão esteja “falido” e os partidos não consigam dar respostas à crise de credibilidade que sofrem.

— Vou continuar participando na vida pública nas trincheiras, defendendo exatamente as bandeiras que me fizeram entrar na política.

José Medeiros afirma que cabe ao Congresso legislar sobre o aborto

José Medeiros (Pode-MT) criticou a iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) de discutir a descriminalização do aborto em hipóteses não previstas em lei. Para o senador, trata-se de um desrespeito ao Con-



gresso, que pela Constituição tem a competência para legislar.

— Espero que a ministra [do STF] Rosa Weber possa retornar essa questão à Casa, para que o Legislativo brasileiro possa fazer essa discussão aqui.

Paim cobra votação do projeto de ressarcimento da Lei Kandir

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o Congresso tem até o dia 18 para votar o projeto que altera a Lei Kandir. O PLP 511/2018 (na Câmara) já foi aprovado em uma comissão de senadores e deputados e precisa ser analisado pelo Plenário das duas Casas.

Caso isso não ocorra, disse, caberá ao Tribunal de Contas da União definir os critérios para o ressarcimento pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios devidos às perdas geradas pela não incidência do ICMS na exportação.



Equilíbrio entre meio ambiente e exploração econômica ganhou espaço com a Constituição de 88

Texto constitucional tratou a questão com uma nova perspectiva ao aliar a preservação de recursos naturais ao desenvolvimento do país

Guilherme Oliveira

COMO UMA das nações com a natureza mais privilegiada do planeta, o Brasil detém igualmente oportunidades e responsabilidades em relação ao meio ambiente.

Essa vinculação demorou anos para ser pensada com cuidado. Por muito

tempo, o país entendeu que era necessário deixar de lado qualquer esforço mais aprofundado de conservação ambiental em nome do crescimento econômico.

A Constituição de 1988 trouxe uma nova perspectiva. Nela, a preservação e o tratamento consciente dos recursos naturais são

colocados não como um entrave ao desenvolvimento do país, mas como um de seus braços. O arcabouço montado pela Assembleia Constituinte, instalada em fevereiro de 1987, deu sustentação à ideia de que um Brasil rico é um Brasil que precisa se preocupar com todas as suas riquezas.



MARCELA BELTRÃO/WWF-BRASIL

Nativo da Mata Atlântica, o mico-leão-dourado está ameaçado de extinção



GOVERNO DO TOCANTINS

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.”

Art. 225 da Constituição

HERR STAHL/HOEFER/CC



O Parque Nacional do Iguazu, no Paraná, foi criado em 1939 para preservar as cataratas e a floresta ao seu redor

Beleza do local já foi considerada requisito para preservação

Com a Constituição, o Brasil passou a adotar critérios técnicos para proteger áreas, como variedade de espécies, genética e de ecossistemas

ATÉ A Constituição de 1988, o país subordinava a questão ambiental à atividade produtiva. Havia iniciativas voltadas à preservação, mas elas não eram orientadas pelo reconhecimento qualificado do meio ambiente como tema de maior importância.

Quem explica isso é o diretor-vice-presidente da Fundação Pró-Natureza (Funatura), o biólogo Cleber Alho.

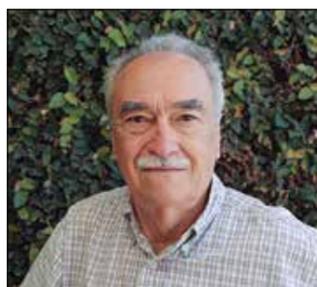
No início dos anos 1990, ele foi o primeiro responsável pelo escritório

brasileiro da WWF, uma das mais antigas ONGs globais dedicadas à causa ambiental.

— No início, áreas protegidas sempre foram criadas tendo em vista o aspecto cênico do ambiente: lugares bonitos e fascinantes tinham que ser protegidos para que nossos filhos e netos experimentassem o mesmo encantamento — afirma.

Com o tempo, a motivação se transferiu para noções mais técnicas. A preservação passou a ser

construída a partir da observação de um tripé de variáveis dentro da área analisada: diversidade de espécies, diversidade genética e diversidade de ecossistemas.



CLEBER ALHO/ARQUIVO PESSOAL

Segundo Alho, áreas protegidas eram criadas pelo aspecto cênico

Em 1972, Brasil lidera grupo inconformado com crescimento da agenda ambiental

A posição preponderante no Brasil na relação entre a sociedade e o meio ambiente pode ser ilustrada pela participação do país na Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972. Foi um evento da ONU destinado a discutir caminhos para combater a degradação ambiental e impulsionar o de-

envolvimento sustentável. A comitiva do Brasil foi liderada por José Costa Cavalcanti, tenente-coronel do Exército e ministro do Interior. Sob Cavalcanti, o Brasil aderiu, na conferência, a um movimento de delegados de países emergentes que manifestaram preocupação com o fortalecimento da

agenda ambiental. Viam-na como uma guinada que poderia resultar em restrições impostas ao seu crescimento econômico pelas nações do primeiro mundo.

Cavalcanti afirmou não enxergar um “relacionamento linear rígido e inverso” entre desenvolvimento e preservação ambiental, mas destacou que considerava “fadados ao insucesso” quaisquer esforços de investimento que não dessem espaço, primeiro, à acumulação de riqueza. O Brasil, afirmou, não aceitaria “cercear sua soberania” sobre o usufruto das riquezas naturais de seu território. O mundo, para ele, não estava ameaçado por escassez de recursos naturais.

UN PHOTO/YUTAKA NAGATA



Estocolmo sediou a primeira conferência mundial sobre meio ambiente

Meio ambiente ganhou destaque na Constituição

A discussão da nova Constituição chegou perto de ser influenciada por uma perspectiva considerada antiquada. Antes da Constituinte, uma comissão de intelectuais liderada pelo senador Affonso Arinos havia proposto um anteprojeto que possuía, entre seus capítulos, um dedicado exclusivamente ao meio ambiente.

— O texto da Comissão Arinos refletia uma visão ingênua, despreparada e superficial da problemática ambiental — afirma o advogado e ambientalista Fabio Feldmann, que foi deputado constituinte.

Porém, na avaliação dele, a proposta tinha o mérito de tratar o meio ambiente como um assunto de relevância. A tendência se repetiu na Assembleia Constituinte, que também reservou um capítulo do seu produto final ao tema.

Outro deputado constituinte com atuação no setor é Sarney Filho (PV-MA), que veio a ser ministro do Meio Ambiente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. Segundo ele, a atenção esparsa ao tema ambiental funcionou como aliada no momento de inseri-lo na Constituição.

— A questão ambiental ainda era restrita a um pequeno grupo de visionários e não havia uma resistência tão grande a ela, como



Deputado constituinte, Sarney Filho atua na área ambiental



O então presidente Fernando Collor assina documento na Rio-92



CEDICÂMARA DOS DEPUTADOS

Para o constituinte Feldmann, anteprojeto era superficial

passamos a enfrentar anos mais tarde, quando a questão foi taxada por grupos com interesses privados e imediatistas como sendo antagônica ao desenvolvimento.

A Constituição marcou uma impulsão inédita do assunto, e não apenas por causa dos dispositivos inaugurados pela Carta. Em 1988 o Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Inpe) começou a monitorar o desmatamento na Amazônia, chamando a atenção do mundo para o principal bioma brasileiro. No primeiro ano do acompanhamento, mais de 21 mil quilômetros quadrados de floresta foram derrubados, o que equivale a pouco menos que a área de Sergipe.

Em dezembro de 1988, o Brasil ganhou outro destaque negativo na imprensa mundial. Dessa vez com o assassinato do ambientalista Chico Mendes, em Xapuri (AC). Além do ativismo em defesa da Amazônia, Mendes era um importante líder sindical entre os seringueiros da região.

Quatro anos mais tarde, em 1992, o Brasil teve seu maior protagonismo na área ambiental, ao sediar a Rio-92, primeira cúpula mundial sobre o tema após a reunião de Estocolmo — a mesma em que a delegação brasileira havia relativizado a importância da preservação em seu território.

Desafio é conciliar sustentabilidade com pressões dos setores produtivos

Recursos naturais não são inesgotáveis e preservá-los traz benefícios econômicos ao país, afirmam ambientalistas

UM DOS pontos centrais da condução de uma agenda ambiental no Brasil é conciliar as demandas de preservação com as necessidades e pressões econômicas de grupos como a mineração e o agronegócio. Para Sarney Filho, o equilíbrio depende de diálogo e esse diálogo não pode prescindir da compreensão de que a reposição dos recursos naturais não é uma garantia eterna.

O deputado destaca que, na intercessão entre ambientalismo e produtividade, há patamares econômicos a serem desbravados.

— A necessidade de uma economia verde, de baixo

carbono, abre um enorme leque de oportunidades de negócios. A existência das populações humanas depende de mudanças profundas nos modelos de ocupação da terra e de produção e consumo. Isso não deve ser encarado como uma ameaça aos setores já estabelecidos. Ao contrário, deve ser visto como possibilidade de negócios de sucesso em um mundo com recursos escassos.

O Brasil tem metas para redução do desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado, os dois maiores biomas do país. As expectativas têm sido cumpridas, mas, ao mesmo tempo, os



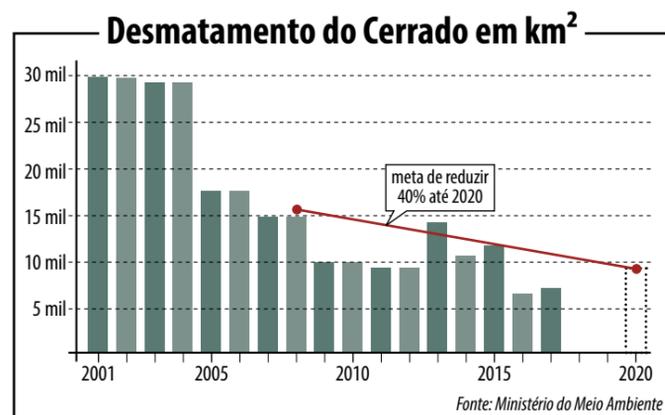
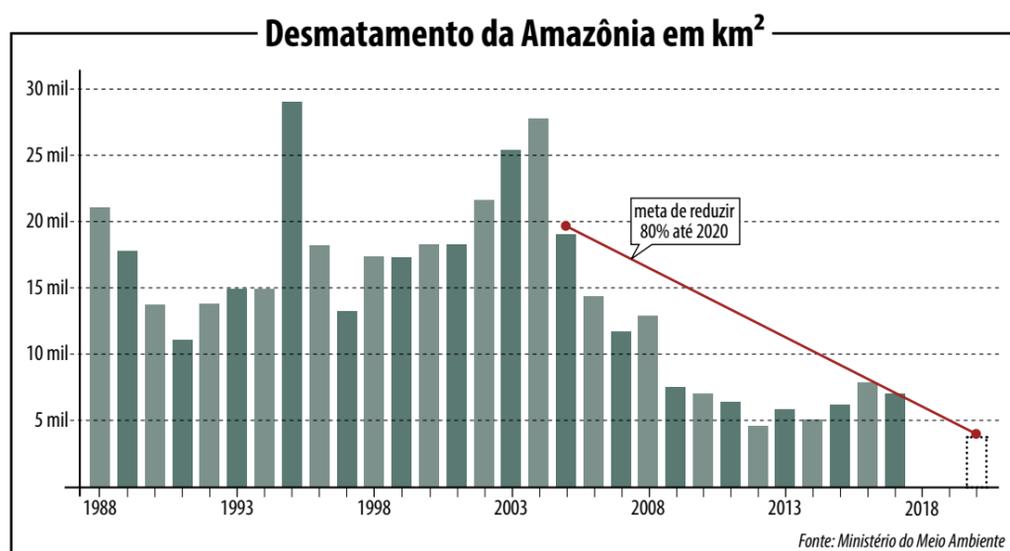
Desastre ambiental de Mariana (MG), em 2015, foi causado pela mineração

atritos se acirram.

— Aumentou a resistência por parte de setores insensatos que querem explorar os recursos naturais de forma predatória — lamenta Sarney Filho.

avanços tecnológicos. — Quando perde-se uma espécie [de ser vivo], perde-se para sempre um código genético único, que pode ter potenciais de aplicação farmacêutica e alimentar, com emprego enorme para o benefício humano.

Alho reconhece que explorar a natureza é necessário para melhorar as condições de vida. Ele explica que a Carta previu isso, ao consagrar a ideia de reparação a danos ambientais. A intenção é não impedir a execução de empreendimentos necessários que afetem o ambiente. Porém, diz, a aplicação correta desse princípio é prejudicada pela falta de seriedade na implementação das normas que regem a compensação.



Articulação entre União, estados e cidades esbarra na falta de recursos

Antes da Constituição de 88, o Brasil já possuía uma legislação infraconstitucional ampla, a Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Porém, ela demorou anos para ser efetivamente implementada. A regulamentação da lei precisou aguardar um decreto presidencial de 1990.

A política previa também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), uma articulação entre órgãos federais, estaduais e municipais. Para Fabio Feldmann, essa articulação é prejudicada pela divisão problemática de responsabilidades em que faltam recursos para os estados.

— Ao delegar, a União está garantindo o não cum-

primento. A maior parte do licenciamento ambiental é dos estados, mas eles têm cada vez mais dificuldades, pois estão sem pessoal qualificado e sem recursos básicos. Estados que não têm mais do que cinco funcionários precisam fazer gestão de florestas. O Sisnama tem que ser fortalecido com mecanismos de financiamento.

O ex-deputado cita ou-

tras lacunas. A Amazônia, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a Zona Costeira são listados na Constituição como patrimônios nacionais cujo uso depende de regulamentação em lei específica, mas apenas a Mata Atlântica ganhou esse tratamento até agora. Dois biomas importantes não entraram na Constituição: a Caatinga e

o Cerrado, que cobre cerca de um quarto do país.

Para Sarney Filho, esse último bioma deveria ser uma das principais preocupações ambientais do Brasil. Ele diz que, em relação à mitigação das mudanças climáticas (prioridade da agenda ambiental mundial), o país está bem posicionado, com metas ambiciosas. Mais grave, avalia, é a situação do

Cerrado, que não tem proteção constitucional explícita.

— Nas últimas décadas houve um aprofundamento assustador da degradação do Cerrado. Os 35% de reserva legal que o Código Florestal exige são insuficientes. Com 50% da cobertura vegetal degradada, sua regeneração já é considerada inviável por cientistas, o que seria trágico para o país e o mundo.



Plantação de soja no Cerrado: 50% da cobertura do bioma está degradada



A Caatinga é um dos biomas que ficaram sem proteção na Constituição

Carta inovou ao garantir direitos aos povos indígenas

Demarcação de terras e reconhecimento do índio como cidadão foram conquistas da legislação

A **CONSTITUIÇÃO** de 1988 também se preocupou em dar novo panorama à situação dos povos indígenas no Brasil. A começar pela nomenclatura: o novo texto deixou de lado o padrão das constituições anteriores, que se referiam aos índios como “silvícolas”.

Até 1988, a regra eram iniciativas que visavam incorporar os povos indígenas à “comunhão nacional”. Esse modelo, voltado para a assimilação, foi convertido na busca por uma sociedade multicultural e pluriétnica.

O princípio de respeitar a vida tradicional dos povos indígenas é elogiado pela procuradora da República Eliana Torelly. Ela coordena a 6ª Câmara do Ministério Público Federal, responsável pelas ações referentes às populações indígenas.

— A Constituição de 88 foi uma evolução porque

tratou os direitos dos povos indígenas como originários. Ou seja, ela não os criou, ela reconheceu que eles já existiam. A partir daí vem o nosso arcabouço de proteção.

Esse reconhecimento tirou dos índios a condição de tutelados pelo Estado. Isso significa, por exemplo, que eles podem se autorrepresentar perante o Judiciário com as mesmas garantias dos demais cidadãos.

Além do patrimônio imaterial, a Constituição garantiu aos povos indígenas o seu patrimônio territorial: a posse das terras que ocupam historicamente. Além da subsistência, com a pesca, caça, coleta e pequena agricultura, o território original representa uma fonte de identidade, cultura, vivência e espiritualidade.

A demarcação das terras indígenas tornou-se uma garantia, mas isso não



Aldeia camaiurá no Xingu, uma das terras indígenas regularizadas no país

significa que tenha sido assegurada por completo. A Constituição estabeleceu prazo de cinco anos, a contar da promulgação, para o reconhecimento oficial de todas as terras. O prazo não foi cumprido, mas também não era realista: a demarcação envolve estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais.

O país tem hoje 435 terras indígenas regularizadas, que totalizam 1 milhão de quilômetros quadrados — área maior que a de Mato Grosso. Metade dessas terras está no Centro-Oeste. Ainda falta concluir o processo de demarcação de 131 áreas.

Após os estudos, um relatório é apresentado à Fundação Nacional do Índio (Funai), que deve aprová-lo e publicá-lo no *Diário Oficial da União*. É concedido um período para contestações judiciais, depois do qual a Funai e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) procedem à demarcação física, etapa que inclui o reassentamento dos ocupantes não índios do território. Apenas depois desses passos é possível homologar e registrar a área (*ver quadro ao lado*).

As terras indígenas demarcadas são propriedade da União, o que significa que seus ocupantes não podem vendê-la. Eles têm direito de usufruir dela, mas não podem fazer exploração predatória.

O ingresso em terras demarcadas só pode ser feito com autorização do povo ocupante. Em caso de invasão da área, a Polícia Federal é acionada.

PEC transfere para o Congresso atribuição de demarcar áreas

A Funai é a principal responsável pela demarcação das terras indígenas, mas há pressão para que isso mude. Uma das proposições legislativas mais controversas em análise no Legislativo é a PEC 215/2000, que transfere ao Congresso Nacional a atribuição de demarcações, por meio da análise de projetos de lei apresentados pela Presidência da República.

A proposta também veda a ampliação de terras indígenas já estabelecidas e determina indenização financeira aos proprietários reassentados em virtude da demarcação. A PEC também permite que comunidades indígenas se autodeclarem aptas a praticar atividades agropecuárias e florestais, podendo celebrar contratos de arrendamento e parceria com não índios.

Para garantir a presença dos povos indígenas nas discussões sobre projetos relacionados a demarcações, a PEC cria um deputado adicional, que seria eleito como representante nacional dos índios.

Para a procuradora Eliana Torelly, a proposta representa retrocesso.

— A atribuição para demarcar é altamente técnica. A mudança desse formato para um paradigma político seria profundamente prejudicial e deixaria as populações vulneráveis. A posição do Ministério Público é contrária a isso.



Mudança prejudicaria os índios, afirma Eliana Torelly

Como é criada uma terra indígena

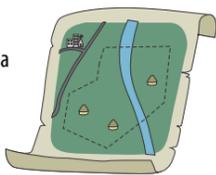
1 Estudos de identificação
Com base em trabalho antropológico inicial solicitado pela Funai, um grupo técnico realiza estudos de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, além do levantamento fundiário. O relatório contém a caracterização detalhada da terra a ser demarcada.



2 Aprovação da Funai
O relatório tem que ser aprovado pelo presidente da Funai. No prazo de 15 dias o documento é publicado no *Diário Oficial da União* e no diário oficial do estado correspondente. O documento também deve ser afixado na sede da prefeitura local.



4 Declarações dos limites da terra indígena
O ministro da Justiça pode declarar os limites da área e determinar a demarcação física, pedir diligências em mais 90 dias ou ainda desaprovar a identificação.



5 Demarcação física
Declarados os limites da área, a Funai promove a demarcação física da terra indígena, enquanto o Incra providencia o reassentamento de eventuais ocupantes não índios da área.



6 Homologação
Esgotado o prazo de recursos, o procedimento de demarcação é submetido ao presidente da República para a homologação por decreto.



7 Registro
A terra demarcada e homologada será registrada em até 30 dias no cartório de imóveis da comarca correspondente e na Secretaria de Patrimônio da União.



JORNAL DO SENADO

Via N2, Bloco 11 do Senado Federal
CEP 70.165-920, Brasília - DF
www.senado.leg.br/jornal • jornal@senado.leg.br
Twitter: @SenadoFederal
facebook.com/SenadoFederal
Telefone: 0800 61 2211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral:
Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Editor-chefe do *Jornal do Senado*: Marcio Maturana

30 ANOS • CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Reportagem: Guilherme Oliveira
Coordenação: Nelson Oliveira
Diagramação: Claudio Portella | Pesquisa de fotos: Braz Felix
Edição e revisão: Maurício Müller e Tatiana Beltrão